

RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício Findos em
31 de Dezembro de 2017 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Cotistas da
RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da RB Capital Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

Valores em R\$ mil

ATIVO	NE	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE		3.073	3.809
DISPONIBILIDADES	4	753	1.037
APLICAÇÕES INTERFIN. DE LIQUIDEZ	4	-	571
Aplicações no mercado aberto		-	571
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (90 dias)	5	-	2.146
Carteira própria		-	2.146
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	2.278	-
Carteira própria		2.278	-
OUTROS CRÉDITOS		36	42
Rendas a receber	6.1	-	15
Diversos	6.2	36	41
(Provisão para outros créditos liquidação duvidosa)	6.1	-	(14)
OUTROS VALORES E BENS		6	13
Despesas antecipadas		6	13
NÃO CIRCULANTE		610	1.107
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		609	1.105
TVM E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	5	609	1.105
Carteira própria		609	1.105
INTANGÍVEL	3.6	1	2
Ativos Intangíveis		7	7
(Amortização acumulada)		(6)	(5)
TOTAL DO ATIVO		3.683	4.916

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM

Valores em R\$ mil

PASSIVO	NE	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE		763	2.197
OUTRAS OBRIGAÇÕES		763	2.197
Sociais e estatutárias	7.1	158	821
Fiscais e previdenciárias	7.2	277	1.275
Negociação e intermediação de valores	7.3	250	20
Diversas	7.4	78	81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.920	2.719
Capital:	9.1	2.036	2.036
De Domiciliados no país		2.036	2.036
Reservas de lucros	9.3	1.089	860
(Ações/Cotas em Tesouraria)	9.2	(205)	(177)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.683	4.916

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Valores em R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	NE	2º-SEM-17	31/12/17	31/12/16
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		370	1.018	411
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		370	1.018	411
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		370	1.018	411
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		368	(397)	846
Receitas de prestação de serviços	11	3.293	3.562	4.173
Despesas de pessoal	12	(321)	(602)	(621)
Outras despesas administrativas	13	(2.240)	(2.925)	(2.233)
Despesas tributárias		(372)	(462)	(491)
Outras receitas operacionais		9	32	19
Outras despesas operacionais		(1)	(2)	(1)
RESULTADO OPERACIONAL		738	621	1.257
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		738	621	1.257
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(206)	(206)	(413)
Provisão para imposto de renda		(104)	(104)	(215)
Provisão para contribuição Social		(102)	(102)	(198)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO		-	-	(100)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO/SEMESTRE		532	415	744
JUROS DE CAPITAL PRÓPRIO	9.4	(186)	(186)	(192)
Nº de cotas.....:		203.601.900	203.601.900	203.601.900
Lucro/(Prejuízo) por mil cotasR\$		2,62	2,04	3,65

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC 1SP 110330/O-6*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores em R\$ mil

Semestre de 01/07/17 a 31/12/17						
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/17	2.036	282	578	(117)	(177)	2.602
Ações em tesouraria	-				(28)	(28)
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre				532		532
Destinações:	-	-	229	(415)	-	(186)
Juros capital próprio				(186)		(186)
Reserva especial de lucros			229	(229)		-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/17	2.036	282	807	-	(205)	2.920
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	-	-	229	117	(28)	318
Exercício de 01/01/17 a 31/12/17						
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/17	2.036	282	578	-	(177)	2.719
Ações em tesouraria	-				(28)	(28)
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício				415		415
Destinações:	-	-	229	(415)	-	(186)
Juros capital próprio				(186)		(186)
Reserva especial de lucros			229	(229)		-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/17	2.036	282	807	-	(205)	2.920
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	-	229	-	(28)	201
Exercício de 01/01/16 a 31/12/16						
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	AÇÕES EM TESOURARIA	T O T A L
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/16	2.036	282	584	-	-	2.902
Reversão de reservas			(558)	558	-	-
Dividendos intermediários				(558)		(558)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(177)	(177)
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício				744		744
Destinações:	-	-	552	(744)	-	(192)
Juros capital próprio				(192)		(192)
Reserva especial de lucros			552	(552)		-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/16	2.036	282	578	-	(177)	2.719
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	-	(6)	-	(177)	(183)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS D.T.V.M. LTDA.

CNPJ(MF) 89.960.090/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

Valores em R\$ mil

Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto	2º-SEM-17	31/12/17	31/12/16
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre e exercício	532	415	744
Depreciações e amortizações	1	1	1
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14	14	-
Provisão de impostos no resultado	206	206	413
	<u>753</u>	<u>636</u>	<u>1.158</u>
Varição de Ativos e Obrigações			
	<u>(1.809)</u>	<u>(3.423)</u>	<u>73</u>
(Aumento) redução em TVM e instrumentos financeiros derivativos	(2.302)	(1.782)	71
(Aumento) redução de outros créditos	48	(8)	87
(Aumento) redução de outros valores e bens	1	7	(5)
Aumento (redução) em outras obrigações	580	(1.472)	(341)
Impostos Pagos	(136)	(168)	(367)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(1.056)</u>	<u>(2.787)</u>	<u>1.231</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Ações em tesouraria	(28)	(28)	(177)
Pagamento de juros de capital próprio	(186)	(186)	(192)
Dividendos/Lucros pagos e propostos	-	-	(558)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(214)	(214)	(927)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.270)</u>	<u>(3.001)</u>	<u>304</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	2.023	3.754	3.450
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	<u>753</u>	<u>753</u>	<u>3.754</u>

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC 1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RB CAPITAL INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
(anteriormente: RB Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A RB Capital Investimentos DTVM Ltda. ("Distribuidora"), constituída em 1983, atua no mercado de títulos e valores mobiliários em seu nome e/ou em nome de terceiros.

A Sociedade tem como objeto social comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado; praticar operações de conta margem; operar em bolsa de mercadorias e futuros, por conta própria e de terceiros; prestar serviços de intermediação e de assessoria, em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais; exercer outras atividades expressamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Em 17 de outubro de 2017 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil a mudança da denominação social para RB Capital Investimentos DTVM Ltda.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) emitiu algumas normas, e suas respectivas interpretações. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Bacen são os que seguem abaixo e foram considerados na preparação das demonstrações financeiras:

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil/financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.939/11.
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento subsequente- homologada pela Resolução CMN nº 3.973/11.

- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 - Benefícios a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2016.
- CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16
- CPC 27 – Ativo Imobilizado – homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

Na presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN, e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 31 de janeiro de 2018.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até as datas dos balanços.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades em moeda nacional e aplicações em renda fixa de liquidez com conversibilidade imediata ou cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - Títulos para negociação.

II - Títulos disponíveis para venda.

III - Títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Na categoria títulos mantidos até o vencimento, estão aqueles para os quais existem intenção e capacidade da Distribuidora de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida a:

- a) Adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação.
- b) Conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão demonstrados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período.

Os títulos classificados como "títulos para negociação", independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

3.4. Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até as datas dos balanços, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

3.5. Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta-Circular nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.
- Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, as quais são integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras, independente da probabilidade de perda.

- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidas das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

3.6. Intangível

São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Distribuidora ou exercidos com essa finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na vida útil estimada em cinco anos à taxa de 20% ao ano.

3.7. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do imposto de renda é calculado à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de 10% sobre o lucro que exceder R\$240 no ano.

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675/15 convertida pela Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015 e com vigência até 31 de dezembro de 2018, quando retornará a alíquota de 15%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal.

3.8. Avaliação do valor recuperável dos ativos

Um ativo está desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável.

De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/08, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, na mensuração e na divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos ("impairment"), a Distribuidora testa, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do período as eventuais perdas apuradas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram registradas perdas no valor recuperável dos ativos.

3.9. Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Disponibilidades – Depósitos bancários	753	1.037
Aplicações financeiras de liquidez imediata lastreadas em debêntures (*)	-	571
Certificado de Depósitos Bancários (CDBs)	-	2.146
Total	<u>753</u>	<u>3.754</u>

(*) Referiam-se a operações compromissadas bancárias, com liquidez diária, e rendimento indexado ao CDI.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Papel	Categoria	31/12/17			31/12/16
		Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Valor de curva (contábil)
Certificado de Depósito Bancário (CDB) (*)	Títulos disponíveis para venda	-	1.565	609	2.174
Cotas de Fundos de Investimento	Títulos disponíveis para venda	713	-	-	713
Total		713	1.565	609	2.887

(*) O valor de curva dos CDBs equivale ao respectivo valor de mercado nas datas dos balanços, dado se tratarem de operações pós-fixadas.

6. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/17	31/12/16
6.1 Rendas a receber (*)	-	15
(-) Provisão para liquidações duvidosas (**)	-	(14)
Total	-	1

(*) O valor de contas a receber referia-se à comissão pela prestação de serviços de colocação de títulos e valores mobiliários pela Distribuidora.

(**) Referia-se a provisão por recebíveis vencidos e ainda não recebidos.

6.2. Diversos

	31/12/17	31/12/16
Adiantamento e antecipações salariais	5	14
Impostos e contribuições a compensar	29	27
Devedores diversos - País	2	-
Total	36	41

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

7.1. Sociais e estatutárias

	31/12/17	31/12/16
Participações nos lucros a pagar	-	100
Dividendos a pagar	-	558
Juros sobre o capital próprio a pagar	158	163
Total	158	821

7.2. Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e as contribuições a recolher.

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Impostos e contribuições sobre lucro a pagar	81	245
Impostos retidos de terceiros	20	3
Impostos retidos de salários	17	16
Impostos retidos sobre renda fixa	-	976
Outros impostos	<u>159</u>	<u>35</u>
Total	<u><u>277</u></u>	<u><u>1.275</u></u>

7.3. Negociação e intermediação de valores

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Credores – Conta de liquidação pendente	<u>250</u>	<u>20</u>
Total	<u><u>250</u></u>	<u><u>20</u></u>

7.4. Diversas

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Provisão para despesas de pessoal a pagar	44	70
Provisão de outras despesas administrativas – custódia	6	11
Credores diversos - País	28	-
Total	<u><u>78</u></u>	<u><u>81</u></u>

8. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

8.1. Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram reconhecidos contabilmente quaisquer ativos contingentes. A Distribuidora não possui quaisquer ativos contingentes.

8.2. Passivos contingentes

Os passivos contingentes referentes a processos judiciais e administrativos de natureza cível foram classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, sob risco de perda possível e não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estes processos totalizavam R\$299, porém em caso de perda a Distribuidora será reembolsada pelos antigos acionistas por se tratar de uma ocorrência de responsabilidade anterior ao processo de mudança acionaria.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não existiam processos judiciais trabalhistas e fiscais em tramitação em nome da Distribuidora com classificação de perda possível ou provável.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

9.1. Capital social

O capital social de R\$2.036 está composto por 203.601.900 cotas, subscritas e totalmente integralizadas por cotistas domiciliados no país.

9.2. Cotas em tesouraria

Em 19 de dezembro de 2017 foram recompradas 1.796.494 cotas, que serão mantidas em tesouraria, no montante de R\$28.

Em 5 de fevereiro de 2016 foram recompradas 14.252.133 cotas, que serão mantidas em tesouraria, no montante de R\$177.

9.3. Destinação do lucro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram destinados o saldo de lucros acumulados para reservas especiais de lucros no montante de R\$229 (R\$552 em 2016). E, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram destinados dividendos intermediários no montante de R\$558 dos quais foram revertidos de reservas especiais de lucros.

9.4. Juros sobre o capital próprio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 186 (R\$192 em 2016), conforme faculta o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e, classificados na demonstração das mutações do patrimônio líquido em conformidade com a Circular nº 2.739/97. Os efeitos tributários foram de R\$47 de IRPJ e R\$37 de CSLL (R\$48 de IRPJ e R\$38 de CSLL em 2015).

10. PARTES RELACIONADAS

- a) As operações entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias acordadas entre as partes. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as transações com partes relacionadas estão sumariadas, conforme abaixo:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Ativo circulante:		
Rendas a receber - Com ligadas (i):		
RB Capital Securitizadora S.A.	-	<u>1</u>
Total do ativo	<u>-</u>	<u>1</u>
Passivo circulante:		
Sociais e estatutárias:		
Dividendos a pagar para sócios	-	(558)
Juros sobre o capital próprio a pagar para sócios	<u>158</u>	<u>(163)</u>
Total do passivo	<u>158</u>	<u>(721)</u>

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Resultado:		
Com ligadas (i):		
Receita de prestação de serviços - RB Capital Cia de Securitização	111	1.303
Receita de prestação de serviços - RB Capital Debêntures Incent	32	2
Receita de prestação de serviços - RB Capital Securitizadora S.A.	57	8
Receita de prestação de serviços - RB Capital Patrimonial V Fundo de Investimento Imobiliário	1	1
Receita de prestação de serviços - Outros ligados	6	-
Despesa de prestação de serviços - RB Capital Securitizadora S.A.	(1)	-
Despesa de prestação de serviços - RB Capital Empreendimentos S.A.	(23)	-
Despesa de prestação de serviços - RB Capital Holding S.A.	-	(25)
Total do resultado	<u>183</u>	<u>1.289</u>

(i) Referem-se a prestação pela Distribuidora de serviços de custódia, implementação e distribuição de Cessão de Crédito Imobiliário - CCI e Certificado de Recebíveis Imobiliários - CRI.

b) Remuneração de pessoal-chave da Administração

Os administradores da Distribuidora atuam em determinadas frentes de negócios do Grupo RB Capital, tais como originação, estruturação e distribuição, sendo remunerados de acordo com a dedicação a cada atividade desempenhada.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Distribuidora não pagou honorários a seus administradores.

11. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o montante de R\$3.562 (R\$4.173 em 2016) refere-se às receitas de comissão pela prestação dos serviços de colocação de títulos.

12. DESPESA DE PESSOAL

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Salários - Proventos	(348)	(372)
Previdência social	(87)	(96)
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	(27)	(29)
Benefícios	(132)	(110)
Outras despesas com pessoal	(8)	(14)
Total	<u>(602)</u>	<u>(621)</u>

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Intermediação de agente autônomo	(1.627)	(864)
Serviços do sistema financeiro	(248)	(123)
Serviços técnicos especializados	(290)	(554)
Serviços de processamento de dados	(324)	(311)
Propaganda e publicidade	(28)	(174)
Publicações	(11)	(11)
Patrocínios	(144)	-
Contribuições filantrópicas	-	(9)
Associação de classe	(40)	(35)
Viagens	(146)	(118)
Diversas	(67)	(34)
Total	<u>(2.925)</u>	<u>(2.233)</u>

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	621	1.257
(-) Participação estatutárias no lucro e participações	-	(100)
(-) Juros sobre o capital próprio	(186)	(192)
Adições de despesas não dedutíveis	76	27
Base de cálculo	<u>511</u>	<u>992</u>
Contribuição social – 20%	(102)	(198)
Imposto de renda - 15%	(77)	(149)
IRPJ - 10% parcela adicional	(27)	(75)
Incentivos Fiscais - Lei Rouanet art. 18º	-	9
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(206)</u>	<u>(413)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Distribuidora não tinha saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social.

15. RISCOS OPERACIONAIS E DE MERCADO

A Distribuidora participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de políticas e sistemas de controle.

15.1. Risco de taxa de juros

Os resultados financeiros da Distribuidora estão suscetíveis a variações decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros de mercado.

A Distribuidora não efetuou operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Distribuidora não efetua aplicações de caráter especulativo, tampouco em derivativos ou em qualquer outro ativo de risco.

15.2. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Distribuidora a incorrer em perdas financeiras.

De acordo com suas políticas financeiras, a Distribuidora vem aplicando seus recursos em instrumentos financeiros emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Distribuidora adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito com a constituição de garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

15.3. Risco de capital

A Distribuidora administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que procura maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização da relação entre dívidas e patrimônio/capital próprio.

A estrutura de capital da Distribuidora é formada pelo caixa e equivalentes de caixa e pelo patrimônio líquido consolidado (que inclui o capital emitido e reservas).

16. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

16.1. Riscos de crédito, liquidez e mercado

A Distribuidora possui uma Área de Risco responsável pelas estruturas de gerenciamento de risco necessárias a atender disposições regulatórias. A Área de Risco é subordinada ao Diretor de Risco, que é designado como responsável pelas estruturas de gerenciamento de risco de crédito, liquidez e mercado.

As estruturas de gerenciamento de risco são compostas pelos seguintes agentes:

- a) Comitê de Riscos, responsável por revisar as políticas e limites operacionais de risco, submetendo-os anualmente à aprovação da Diretoria Executiva, e pelo acompanhamento da carteira, seu nível de concentração e de risco.
- b) Área de Risco, responsável por identificar, medir, monitorar e reportar ao Comitê de Riscos os níveis de risco de crédito, liquidez e mercado da instituição, garantindo o cumprimento das políticas de gerenciamento de risco e dos limites operacionais, além de definir as fontes de preços e os modelos de marcação a mercado de ativos.
- c) Área de Análise de Crédito, responsável por fazer a avaliação do risco de crédito de grupos econômicos com os quais a instituição mantém ou estuda ter exposição creditícia.

16.2. Risco operacional

A Distribuidora dispõe de uma estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional uma estrutura de Gerenciamento de Risco Socioambiental conforme as melhores práticas de mercado e em atendimento a regulamentação vigente.

As formalizações estão definidas nos documentos internos "Metodologia de Risco Operacional" e "Política de Responsabilidade Socioambiental", que dispõem sobre a obrigatoriedade de implementação de um sistema de controles internos e de estrutura de gerenciamento do risco operacional e do risco socioambiental pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este documento também define o processo de gestão, os papéis e responsabilidades, as categorias, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, além do processo de divulgação que garante a transparência das atividades de gerenciamento.

O Grupo RB Capital adotou um modelo de mapeamento que envolve todos os níveis organizacionais, com o objetivo de estabelecer uma estrutura efetiva de controles internos que promova e respeite os mais altos padrões éticos e de integridade e que enfatize o acultramento e a importância dos controles internos e do gerenciamento de riscos, adequados à natureza, a complexidade e aos riscos das atividades desenvolvidas.

A Área de Compliance é responsável pelo mapeamento dos procedimentos, controles e riscos e pela atuação junto a todos os colaboradores do Grupo RB Capital com o objetivo de assegurar o cumprimento das diretrizes estabelecidas. É uma área independente e segregada da Auditoria Interna e com subordinação direta ao Diretor de Controles Internos.

O Risk and Control Self-Assessment - RCSA (Auto avaliação de Riscos e Controles) é a metodologia utilizada para identificar, avaliar, controlar, monitorar e mitigar os riscos, e apontar os impactos e as probabilidades dos riscos ocorrerem e apresenta medidas preventivas contra tais ocorrências. Trata-se de uma Metodologia de CSA que se utiliza de um sistema específico, terceirizado, de controle de gestão de risco.

16.3. Gerenciamento de capital

A Distribuidora dispõe de uma estrutura para gerenciamento de capital constituída pelos seguintes agentes, com suas respectivas funções:

- a) Comitê de Gerenciamento de Capital, responsável por decidir sobre planos de ação e estratégias relativos a mudanças na estrutura de capital da companhia.
- b) Área de Risco, responsável pelas informações de ativos ponderados por risco e adequação de capital.
- c) Área de Controladoria, responsável pelas informações de ativos, passivos e fluxo de caixa.

Além dos agentes descritos anteriormente, todas as estruturas contam com uma Auditoria Interna, realizada por uma empresa externa contratada pela área de Controladoria, cujo papel é garantir a adequação dos procedimentos e consistência entre as políticas de gerenciamento de risco e capital e a estrutura efetivamente implementada.

As descrições completas das estruturas de gerenciamento de risco e de capital encontram-se disponível no "site" www.rbcapitaldtvm.com.br/Gerenciamento-de-Risco, que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

17. ACORDO DE BASILEIA (LIMITE OPERACIONAL)

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 31 de dezembro de 2017 foi de 30,4% (30,7% em 2016).

18. RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

A Administração não presta garantias e compromissos a terceiros.

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS
Contador CRC - 1SP 110330/O-6